

Editorial

25 ANOS DE UNIDADE E LUTA

Cumpre-se este ano o 25º aniversário da CPQTC, cuja criação teve como objectivo dar maior expressão à resolução dos problemas dos quadros técnicos e científicos filiados nos sindicatos fundadores e promover a unidade mais ampla na luta pela sua resolução, conjugando sectores profissionais diversos e articulando com a luta geral de todos os trabalhadores.

No ano passado, 2012, os trabalhadores enfrentaram a mais violenta ofensiva contra si desencadeada nos últimos anos, que passou por cima de garantias contratuais livremente estabelecidas, rompendo o regime legal vigente e atentando contra a lei fundamental do país – a Constituição da República. Como protagonista de tal ofensiva, o Governo e as forças políticas que o suportam, colocam-se à margem da legalidade e, com as complexidades institucionais e políticas, nacionais e internacionais, põem em causa a condição do Estado como pessoa de bem.

O Orçamento para 2013, com a invocação de inconstitucionalidade da parte de múltiplos sectores, a par das recorrentes ameaças sistematicamente verbalizadas pelo Governo e pelos agentes da “Troika”, exigem-nos redobrado empenhamento no ano em curso, demonstrando que os trabalhadores não estão vencidos pelo crescente assalto e roubo do rendimento que lhes é devido, nem pelo terror de destruição do emprego e, com ele, dos factores económicos essenciais do país.

Os quadros técnicos e científicos, na sua esmagadora maioria, são hoje tão atingidos pela ofensiva em curso como a generalidade dos trabalhadores, como aliás bem demonstra o seu crescente envolvimento nas grandes acções de luta empreendidas em 2012, como a manifestação do Terreiro do Paço e a Greve

(Continua na Pág.7)

Visite o nosso site em:
www.conf-quadros.pt



Fundada em Maio de 1988, em Assembleia Constituinte, por decisão de 17 sindicatos, celebra-se este ano um quarto de século de actividade sindical, dentro do espírito do Movimento Sindical Unitário e procurando dar visibilidade aos problemas específicos dos quadros técnicos e trabalhadores em ciência portugueses. Foram fundadores sindicatos representativos de um vasto leque de sectores, desde sindicatos verticais como os da Administração Pública (Central e Local), e de sectores de actividade produtiva (designadamente indústria), passando por sindicatos de serviços (transportes, comunicações, comércio e escritórios), até sindicatos horizontais muito específicos, como os dos médicos, professores, engenheiros técnicos, etc.

O aniversário vai ser devidamente assinalado e festejado, cumprindo decisão no nosso VIII Congresso. Os eventos serão anunciados e divulgados oportunamente. Desde já anunciamos o evento de abertura, marcado para o próximo dia 6 de Março. Realizar-se-á pelas 17 horas e 30, na sede da Confederação. Constará de uma conferência de imprensa, para dar conhecimento público do programa do aniversário, e haverá uma palestra no contexto das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Será palestrante a **Doutora Regina Maria Machado Marques**, Professora na Escola Superior de Educação de Setúbal e membro do Secretariado Executivo do **Movimento Democrático de Mulheres (MDM)**. A palestra tem como tema “**Quadros técnicos e científicos no feminino – conquistas e paradoxos**”. A entrada é livre. ■

SUMÁRIO:

- ▶ Comemorando 25 anos de vida
- ▶ Retrocesso Civilizacional
- ▶ Nota breve sobre o Estado Regulador
- ▶ O “Menos Estado”. “Feudalismo” financeiro
- ▶ “Quem paga o Estado Social em Portugal”
- ▶ A Jornada de José Gomes Ferreira
- ▶ A crise das crises - a saúde está doente
- ▶ Trabalhadores qualificados desempregados porquê?

Aviso: Nos textos publicados neste boletim foi respeitada a opção do seu autor quanto à ortografia, a ortografia em uso desde 1945, ou a do chamado NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO, mas ainda não aplicado na maioria dos países da CPLP, designadamente no Brasil.

Retrocesso Civilizacional

A atual situação em que vivemos, relativamente ao trabalho, é de um retrocesso laboral e social nunca visto, um verdadeiro atentado à vida dos trabalhadores.

As medidas impostas pela(s) troika(s) têm conduzido a muitos malefícios a quem trabalha e há uma clara tentativa de retirar (aos poucos) todos os direitos que os trabalhadores conquistaram ao longo de décadas.

Poderia expor muitas razões pelas quais estas medidas (Memorando e revisão do Código de Trabalho – Lei 23/2012) poderá trazer graves consequências para quem trabalha e para as condições em que presta a atividade laboral. No entanto, as consequências estão bem à vista e a sua relação com o acordo é por demais evidente, pelo menos, o suficiente, para que possamos dizer que estas medidas são uma verdadeira trituradora de seres humanos. Além de todas as consequências financeiras (diretas) que estas medidas estão a trazer ao Povo Português, também têm efeitos muito negativos sobre a Saúde e Segurança dos trabalhadores.

Vejamos, então, algumas consequências diretas:

► **Diminuição de 3 dias de Férias (os dias da majoração em função da assiduidade) e de 4 Feriados Nacionais.**

Segundo a doutrina da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) explanada na legislação portuguesa que é objetivo das férias, a recuperação, pelo trabalhador, dos índices de saúde físicos, mentais e sociais. As férias permitem recuperar do cansaço do dia-a-dia de trabalho. Tal direito torna-se mais importante pois em Portugal, não é prática habitual a aplicação de pausas de trabalho para recuperação da fadiga; os ritmos de trabalho têm subido de intensidade; as empresas querem diminuir os custos salariais reduzindo o número de trabalhadores sem que se reduzam os índices de produção; introduzem-se cada vez mais prestações salariais que dependem de objetivos quantitativos para que sejam auferidas por quem trabalha (prémios de produtividade; assiduidade...). Ora, qualquer redução dos períodos de descanso, sejam diários, semanais ou anuais, implicam sérias consequências ao nível da estabilidade física, mental e social, que deveriam ter sido quantificadas antes de se legislar sobre o assunto (isto se o legislador, verdadeiramente, se preocupasse com a saúde de quem trabalha).



Para além do nível de exploração que aumenta (pois pelo mesmo salário passam a ter mais dias de trabalho), aumenta também a carga mental, física e social resultante do trabalho e agravam-se os problemas de conciliação da vida privada/trabalho (consagrado na Constituição Portuguesa), desprotegendo as famílias perante os diversos fatores de instabilidade social criados.

► **Generalização do Banco de Horas e Diminuição do Descanso Compensatório aquando da prestação de trabalho suplementar.**

Mais tempo de trabalho, mais flexibilidade na organização do tempo de trabalho, mais possibilidades de prolongamento do tempo de trabalho, etc... Menos descanso, mais carga física e mental, mais desorganização na vida privada, maior incapacidade de resposta para a resolução dos problemas sociais e individuais emergentes. É de todo o equilíbrio vida/trabalho que falamos. Por outro lado, mais tempo de trabalho resulta em menor capacidade de concentração, o que por sua vez, aumenta a sujeição aos diversos fatores de insegurança.

► **Novo Motivo de Despedimento Individual com Justa Causa, resultante da “verificação de uma modificação substancial da prestação realizada pelo trabalhador”.**

Já foi amplamente debatido e concluído, os efeitos que provocam a precariedade e a insegurança do vínculo laboral. Desde problemas de saúde mental a problemas de segurança relacionados com a carga mental excessiva e o receio do despedimento, muitos são os efeitos nefastos na vida de um trabalhador. Ora, o que esta norma vem permitir, em termos práticos, pelo medo e pela insegurança quanto ao futuro do posto de trabalho, é a extensão aos trabalhadores efetivos, das condições de insegurança contratual que afeta há muito tempo, os trabalhadores

temporários e com contrato a prazo. O que esta proposta pretende atingir é a generalização da precariedade laboral.

Mas não é só isso. As modificações na prestação laboral de cada um resultam de inúmeros fatores, na sua maioria, relacionados com as más condições de trabalho a que os trabalhadores estão sujeitos. Ora, é plausível que no futuro, devido à aplicação desta norma, assistamos a uma situação em que a entidade patronal provoca a redução de produtividade (por falta de condições de SST) e depois despede o trabalhador porque este baixou de rendimento. Só esta possibilidade é, simplesmente, maquiavélica.

O trabalho deve ser um fator de libertação e integração social. E existe um equilíbrio que não deve de ser colocado em causa... O trabalho deve ser um fator de valorização, um fator de saúde (mental, social e física) e um fator de emancipação e não o contrário. Ao colocarmos o trabalhador numa situação de fragilidade face à entidade patronal, no que concerne à integração do trabalho na sua vida privada, estamos a colocar em causa todo o equilíbrio social em que este trabalhador se integra. Toda a relação entre o trabalho e a sua vida pessoal é afetada e mais, este não pode encontrar uma resposta para o problema, pois essa liberdade está nas mãos da entidade patronal que passa a ter todo o poder de descaracterizar e desequilibrar a forma em como o trabalho se integra na vida do trabalhador. Logo, os efeitos, de tal flexibilidade e possibilidade de regulação unilateral e autocrática (só a entidade patronal tem esse poder) do tempo de trabalho, são nefastos. Teremos: mais desatenção para as crianças e menos acompanhamento nas escolas; mais acidentes de trânsito; mais idas ao hospital, mais medicamentos, mais baixas; mais problemas de violência, mais violência doméstica, mais conflito social...

E esta é uma realidade à qual não podemos fechar os olhos e que tende a aumentar se não mudarmos o rumo da situação atual. Há que reforçar o fato de que o desemprego e a precariedade são problemas reais, instalados no seio dos trabalhadores (e cuja tendência é de aumentar). A precariedade e o desemprego levam a conflitos laborais, sociais e familiares. Também conduzem à depressão, que por sua vez potencia ao aparecimento da fadiga física, falta de motivação e desinteresse, e a outros problemas, quer do foro psicológico, quer do foro físico. E isto não é bom para NINGUÉM! ■

Helder Pires

Membro da Comissão Executiva da CPQTC

Nota breve sobre o Estado Regulador

1. Sob a inspiração do neoliberalismo, uma onda privatizadora varreu a Europa e o mundo, privatizando-se tudo, incluindo setores ligados à produção e à distribuição de bens e serviços essenciais à vida das pessoas (até a água!).

Nas condições entretanto criadas, foi necessário reequacionar o papel do estado capitalista. Os mais moderados (ou realistas) logo se aperceberam de que as privatizações arrastavam consigo a necessidade de salvaguardar determinados interesses públicos, impondo um conjunto de *obrigações de serviço público* às empresas privadas que forneçam 'serviços públicos' (a garantia da sua qualidade, universalidade, segurança, continuidade e acessibilidade ao conjunto da população, com base num 'preço razoável'). Assim começou a ganhar corpo a noção de "economia de mercado regulada" (ou "economia social de mercado"), sobre a qual se construiu, a partir dos anos 80 do século XX, o conceito de *estado regulador*: em nome das *virtudes da concorrência* e do *primado da concorrência*, 'liberta-se' o estado das suas competências e das suas responsabilidades enquanto *estado económico* e esvazia-se o conteúdo do *estado social*, o estado responsável pela *prestação de serviços públicos*. A *defesa da concorrência* é entregue a agências (ou autoridades) de defesa da concorrência; a *regulação setorial* dos vários mercados regulados é confiada a agências reguladoras.

2. No âmbito da CEE/UE, a entrega das funções referidas a entidades reguladoras independentes decorre, em grande medida, do quadro legal comunitário e da atuação da Comissão Europeia.

Os Tratados não proibem a presença de empresas públicas nos vários setores de atividade económica. Mas as empresas públicas são obrigadas a atuar de acordo com a lógica das empresas privadas e ficam sujeitas à sacrossanta *concorrência livre e não falseada*. Isto significa que, mesmo na área dos serviços públicos, não pode haver *setores reservados às empresas públicas*. Imposta pelas instituições comunitárias, a *liberalização do mercado dos serviços públicos* (designação que colide com o conceito tradicional de *serviços públicos*, entendidos como bens e serviços *à margem do mercado*) traduziu-se claramente, segundo a lógica do *mercado* e da *concorrência*, na

desregulação desses setores. A pressão resultante das necessidades decorrentes do *mercado interno único* acabou por conduzir à *privatização* das empresas públicas produtoras e distribuidoras de serviços públicos, servindo a *regulação* de capa protetora deste recuo histórico.

Os defensores do *estado regulador* defendem que ele não abandonou inteiramente a sua veste de *estado intervencionista*. Invoçando que o objetivo é o de não deixar o mercado entregue a si próprio, atribuem ao estado a *responsabilidade pública de regular*, de definir o *estatuto jurídico do mercado*, condicionando ou balizando a atuação dos agentes económicos.

Esta regulação do mercado seria o novo modo de o estado assegurar a *realização do interesse público* e o respeito da *ordem pública económica*. O direito da regulação é apontado como a "disciplina jurídica do mer-



cado e da economia, como o novo direito público da economia".

3. Não posso acompanhar esta operação redentora do estado regulador, com o objetivo de nos fazer crer que *os serviços públicos continuam na esfera da responsabilidade pública*.

Filho das políticas que têm vindo a anular a responsabilidade do estado no terreno da economia e a esvaziar a sua capacidade de intervenção como operador nos setores estratégicos e na área dos serviços públicos, o *estado regulador* foi 'inventado' justamente

para encobrir as políticas que visam impedir o estado de assumir a sua tradicional responsabilidade no que toca à prestação de *serviços públicos à margem do mercado*. Não pode ser o contrário delas.

Por isso defendo que este *estado regulador* se apresenta, fundamentalmente, como *estado liberal*, visando, em última instância, assegurar o funcionamento de uma *economia de mercado*, sem epítetos, em que todos os setores de atividade ficam sujeitos às regras 'sagradas' da concorrência e em que – afastada a presença do estado – o mercado regule tudo, incluindo a vida das pessoas.

A este propósito, importa esclarecer que a ideologia liberal dominante impôs desde muito cedo a ideia de que esta função de regulação, embora justificada pela necessidade de salvaguarda do interesse público, deveria ser prosseguida, não pelo estado enquanto tal, mas por *agências reguladoras independentes*.

Estas são uma invenção norte-americana, que chegou à Europa há pouco mais de trinta anos, através do Reino Unido. Com uma diferença. Nos EUA, desde finais do século XIX que a *regulação* interveio como uma forma de ampliar a intervenção do estado na economia. Ao invés, a sua presença na cena europeia significa um retrocesso relativamente à importância do papel do estado enquanto *estado económico*, em especial no que se refere à produção e prestação de serviços públicos. A solução de substituir o estado por estas agências significa que o estado (o *estado democrático*), considerado incapaz de administrar o setor público da economia (incluindo a prestação de serviços públicos, com longa, profunda e positiva tradição na Europa), é também considerado incapaz de exercer bem esta *função reguladora*, que – dir-se-ia – não poderia deixar de constituir o 'conteúdo mínimo' do 'estado mínimo'. Esta é uma solução que respeita o dogma liberal da *separação entre o estado e a economia*: o estado deve manter-se afastado da economia, porque a economia é a *esfera privativa dos privados* e o estado é uma *pura instância política*.

O que se pretende é subtrair à esfera da política (i.é, à competência dos órgãos políticos democraticamente legitimados) a

(Continua na página 4)

(Continuação da página 3)

Nota breve sobre o Estado Regulador

ação destas entidades ditas independentes. Este seria o preço a pagar para se conseguir a *neutralidade* de tais agências, a qual exigiria mesmo, segundo alguns, que o estado abrisse mão da titularidade ou da participação no capital de qualquer empresa, para que o estado não seja simultaneamente regulador e regulado. Tal raciocínio ‘esquece’, por conveniência, que este foi um dos argumentos invocados, em momento anterior, para justificar que não fosse o estado, *enquanto tal*, a exercer a função reguladora, devendo esta ser confiada a *agências independentes do estado*.

4. Esta ideia de *subtrair a administração à ação da política* é justificada com o ‘argumento’ de que as funções das entidades reguladoras são funções meramente técnicas e não-políticas, contrariando a evidência de que as agências reguladoras independentes vêm chamando a si parcelas importantes da *soberania*, exercendo *funções políticas* e tomando *decisões políticas*, que afetam a vida, o bem-estar e os interesses de milhões de pessoas. A insistência em as apresentar como *organismos técnicos, politicamente neutros, acima do estado*, visa apenas ‘justificar’ o facto de elas não prestarem contas perante nenhuma entidade legitimada democraticamente nem perante o povo soberano. E só pode entender-se pela consciência que todos temos de que a prestação de contas é a pedra de toque da democracia. Sem ela, temos a *morte da política*. E temos uma *ameaça à democracia*. Por isso contesto a legitimidade deste *poder tecnocrático* e defendo que as suas funções deveriam ser confiadas a entidades legitimadas democraticamente e politicamente responsáveis. A *política* não pode ser substituída pelo *mercado*, nem o *estado democrático* pode ser substituído por um qualquer *estado oligárquico-tecnocrático*, em nome da velha ideia liberal de que a democracia se esgota na liberdade individual e de que a liberdade só é garantida pelo mercado e só se realiza no mercado. Aqui radica, na minha ótica, a verdadeira questão colocada pelo estado regulador. Ele traz consigo a substituição do *estado democrático* por um *estado tecnocrático*, que se pretende fazer passar por um *estado neutro* (acima das classes), ‘governado’ por pessoas competentes, que

não pensam em outra coisa que não seja o *interesse público*.

Só que tal ‘estado’ tem um pecado original: *não é um estado democrático* e é mais permeável à influência dos grandes interesses privados do que o estado democrático, pela simples mas decisiva razão de que as entidades em que assenta esse tal estado tecnocrático *não prestam contas* a ninguém nem respondem politicamente pela sua ação.

Este figurino do estado regulador representa, pois, a todas as luzes, uma cedência às teses neoliberais do *esvaziamento do estado* e da *morte da política*, por se entender que o estado não só não é bom empresário como é mesmo incapaz de assegurar, por si próprio, a prossecução e a proteção do interesse público. Mesmo em áreas tradicionalmente consideradas ‘fora do mercado’, como é o caso da saúde e da educação.

O chamado *estado regulador* revela-se, afinal, um *estado pseudo-regulador* (ou um *pseudo-estado regulador*), um estado que renuncia ao exercício, por si próprio, dessa ‘função reguladora’, inventada para responder à necessidade de, perante a *‘privatização’ do próprio estado*, salvaguardar o interesse público. Em vez de exercer ele próprio essa função reguladora, transfere-a para entidades ‘independentes’, apresentadas como ‘politicamente puras’, atuando apenas em função de critérios técnicos. Em vez de *estado regulador*, é, afinal, um *estado fingidor* ou *enganador* (finge que regula, mas não regula).

5. Keynes deixou bem claro que as suas propostas visavam apenas salvar o capitalismo do colapso que, nos primeiros anos da década de 1930, parecia iminente. E o *estado keynesiano* (o *estado social*) integrou-se, como não poderia deixar de ser, na lógica do capitalismo, atuando como fator de ‘racionalização’ e de estabilização, como fator de segurança e como anestésico das tensões sociais, sobretudo após a 2ª Guerra Mundial, num quadro marcado pelas reivindicações dos trabalhadores e pela emulação da URSS e da comunidade socialista.

No entanto, o *estado social* de inspiração keynesiana foi adotado como a grande bandeira da social-democracia europeia, quando, na sequência de um processo iniciado em finais do século XIX, pôs de lado o objetivo programático da construção do socialismo, para assumir, abertamente, a missão de

gestão leal do capitalismo, abandonando simultaneamente a tese de que o estado é sempre, nas sociedades de classes, um *estado de classe*, deixando para trás não só Marx, mas os grandes clássicos do século XVIII.

Como salienta um dos seus teóricos em Portugal, a *esquerda democrática* “mudou radicalmente de atitude face ao estado”, ao longo do século XX: abandonou a “posição libertária de querer destruí-lo [ao estado capitalista], como dominação e fator de dominação burguesa” e proclamou uma mudança na “arquitetura institucional do estado”, concebendo-o como um “espaço de integração social e intervenção política para as organizações vinculadas ao movimento operário”. No novo programa do socialismo reformista o estado (o *estado capitalista*, porque é dele que estamos a falar) passou a ser considerado como “comunidade política nacional”, como “espaço de pertença de toda a coletividade”, como “expressão da comunidade política nacional”, como “representação política de toda a sociedade”.

Esta teoria do estado como “representação política de toda a sociedade”, se não é a *negação das classes*, é, pelo menos, a defesa da *colaboração de classes* no seio de um estado que *representa toda a sociedade* e que arbitra, *acima das classes* e dos *interesses de classe*, o diálogo entre os *parceiros sociais* nos *conselhos de concertação social*, onde se busca apenas o *bem comum*.

Esta concepção da sociedade e do estado é, a meu ver, uma das razões pelas quais a social-democracia europeia foi tão vulnerável ao ‘veneno’ do neoliberalismo e se tem revelado incapaz de fazer a crítica deste capitalismo da era da *globalização neoliberal*, sob a invocação de que *não há alternativa*. Não posso acompanhar esta leitura, sobretudo neste tempo de crise, em que é por demais patente a atuação do *estado capitalista* como *estado de classe*, uma verdadeira *ditadura do capital financeiro*. ■

António Avelãs Nunes

Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra

Nota:

O presente texto é uma síntese de algumas páginas de um livro meu, *As Voltas Que o Mundo Dá... - Reflexões a Propósito das Aventuras e Desventuras do Estado Social* (Edições Avante, Lisboa, 2010).

O “Menos Estado”. “Feudalismo” financeiro

“Combaterei pelo primado do Homem sobre o indivíduo,
como do universal sobre o particular”

Antoine de Saint-Exupery – in “Piloto de Guerra”

1- REPENSAR O ESTADO?

A redefinição das funções do Estado tem sido apresentada como uma questão para a qual seria necessário aprofundada análise, investigação e criatividade. Até se encomendou um estudo ao FMI, entidade mais que suspeita, justamente pelas consequências negativas das suas intervenções nos países em desenvolvimento e atualmente na UE, através da troika.

Ridícula pretensão. Desde a antiguidade que o tema está mais que estudado. O que se pretende alterar é a conceção do poder: quem o exerce e em que medida, como e no interesse de quem. Em todos os períodos e sistemas políticos e económicos se registam sucessivas oscilações de concentração e difusão do poder do Estado, ora a favor mais alargadas camadas da população ora a favor de minorias aristocráticas e oligárquicas. É o que atualmente vemos com a passagem do capitalismo monopolista de Estado para o neoliberalismo, como que uma forma de “feudalismo” financeiro.

Segundo Platão nos seus “Diálogos”, Sócrates refere o governo aristocrático como gerando a discórdia. “Subjugam-se os cidadãos, os homens livres são tratados como servidores e perdem seus direitos”. Quanto à oligarquia é “um governo cheio de vícios inumeráveis, onde o rico manda e o pobre não participa no poder (...) Quanto mais a riqueza e os ricos são honrados menos estima se tem pela virtude e pelos virtuosos, por consequência o governo não é entregue aos mais capazes e virtuosos, mas aos ricos ou aos que melhor defendam os seus interesses. (...) Resta ainda uma liberdade: a de uns serem excessivamente ricos e outros serem excessivamente pobres e indigentes.” Trata-se de um exemplar retrato das sociedades neoliberais.

2 - O PESO DO ESTADO

Diz-se que “O peso do Estado é em Portugal excessivo, a carga fiscal excessiva. O Estado asfixia a economia privada consumindo demasiados recursos. Por isso o país não



pode crescer nem desenvolver-se”. Trata-se de uma releitura mistificação. Vejamos porquê no quadro anexo.

Podemos verificar:

- Portugal é dos países cujo peso do Estado é dos mais baixos neste grupo da UE.

- A despesa pública por habitante em Portugal é de longe a mais baixa

- Portugal é o segundo país com menor crescimento acumulado ao longo da década

- Países com elevada despesa pública tiveram melhor ou muito melhor desempenho
- Países como a Alemanha não tinham uma despesa pública relativamente ao PIB muito diferente da de Portugal.

- Não se verifica uma relação entre o volume de despesa pública e o respetivo défice.

- A proporção do pessoal na função pública é dos mais baixos da UE.

Note-se ainda que o nível de despesa pública não era superior ao da zona euro, pelo contrário: 49,4% do PIB em 2011; 49,5% na zona euro; o “Estado Social” em Portugal representava 26,9% do PIB, contra 30,3% na zona euro. (dados da Eurostat).

Países	Despesa Pública % PIB	Crescimento de 2001 a 2010	Défice Público % PIB	Despesa pública por habitante (euros)	Proporção Funcionários Setor Público no Emprego Total - % (*)
Dinamarca	59,5	5,9	0	30.148,75	—
França	56,0	9,9	-5,1	15.788,60	29,5
Finlândia	56,0	17,6	0,2	17.962,73	28,9
Suécia	54,9	21,0	1,4	20.713,42	—
Bélgica	54,2	13,8	-2,8	16.552,40	—
Grécia	53,2	18,5	-8,23	8.360,03	28,8
Áustria	52,3	15,6	-3,7	16.772,07	22,5
Itália	51,9	2,1	-3,8	12.160,13	29,0
Reino Unido	51,6	14,1	-8,17	12.734,02	—
Holanda	51,4	12,4	-2,9	17.213,76	28,3
Irlanda	48,9	20,9	30,21	14.582,83	22,1
Alemanha	47,5	8,1	-2,23	14.481,86	25,1
Espanha	45,8	18,4	-7	9.353,81	20,6
Portugal	47,9	4,8	-8,81	6.673,53	21,5

Fonte: Ameco, dados para 2010. O crescimento refere-se ao PIB a preços constantes.

(*) - Boletim Inverno 2011 – Banco de Portugal – os dados referem-se a 2000.

(Continua na página 6

O “Menos Estado”. “Feudalismo” financeiro

A questão resume-se a isto: não é o volume da despesa pública que conta é a qualidade da mesma, promovendo o investimento produtivo e a redução das desigualdades regionais e sociais. A crença no poder regulador do mercado livre e nos efeitos negativos do peso do Estado na economia, não passam de superstições. A superstição tem contudo a particularidade de não ser anulada pela experiência...É o que vemos evidenciado nos OE.

A designação “peso do Estado” já de si é manipuladora e preconceituosa. Não se fala no peso dos monopólios e oligopólios e das rendas que obtêm do Estado, das empresas e dos cidadãos, nem no peso da especulação, dos juros e da saída de capitais e rendimentos do país.

3- VAMOS A CONTAS

Com o argumento que “não há dinheiro”, defende-se um modelo económico que se sobrepõe à lei fundamental, à democracia, à ética, à sensibilidade social. Vamos então a contas.

Em 2007 tínhamos um défice público de 3,0% do PIB, e uma dívida pública de cerca de 68,3% do PIB (na zona euro 66,4%). Em 2012 o défice atinge 5% segundo o governo, com medidas extraordinárias, contra 6,8% no final do 1º semestre, e a dívida 119,1%, estando previsto no OE para 2013, 124%, mas que provavelmente atingirá 127%.

Terão aumentado as prestações sociais e salários? Não, em 2 anos os salários reais caíram 10%, a que acresce o aumento de impostos, a redução de prestações sociais e o efeito do desemprego. Eis o resultado de políticas de “Menos Estado”: privatizações e PPP, estagnação e recessão, parcelas de soberania entregues às burocracias da UE; crescimento económico nulo entre 2001 e 2012. Entre 2000 e 2011, foram transferidos do país para o estrangeiro 165 190 M€, na maioria sem pagar impostos; de 2001 a 2010 os lucros da Banca atingiram 24 000 M€. Porém em 2013 o total de juros das administrações públicas atinge 8 630 M€, cerca de 5% do PIB.

Se o Estado pagasse os juros dos empréstimos à taxa de 0,75% com que o BCE promove a especulação, Portugal pouparia, 4 713,1 M€, como a “ajuda”



da troika sai cara, anulando a respetiva sobre-taxa de ficariam disponíveis 1 690,7 M€; eliminando os benefícios fiscais ao setor financeiro o Estado obteria 689,3 M€; reduzindo a TIR das PPP para 5% (há atualmente algumas com 17%) o Estado pouparia 687,4 M€. Ou seja uma poupança total 7 781,11 M€. (1)

A Receita no Orçamento de Estado 2013 também poderia aumentar, com benefícios para toda a economia: criação de uma taxa de 0,25 sobre as transações financeiras, criação de um novo escalão na taxa de IRC para as grandes empresas, tributação adicional dos dividendos, teríamos um valor estimado em 6 342,2 milhões de euros. Portanto, um total de 14 123,3 M€. (1)

Dizer que não há dinheiro para as prestações sociais é simplesmente um sofisma, um preconceito ideológico, malthusianismo social - admitimos também ignorância ou má formação.

4 – ESTADO FORTE E ESTADO FRACO

Trata-se de uma falsa questão. O problema a colocar consiste em saber como e a favor de quem se exerce o poder do Estado. O poder do Estado é necessário e positivo quando usado em democracia contribuindo para o equilíbrio social, para impedir que os que detêm maior poder dominem os mais fracos, através da redução dos direitos sociais.

A privatização da sociedade conduz ao aumento das desigualdades e à perda de cidadania. É por isso que a ideologia dominante procura desarticular os valores sociais. Leis avulsas subvertem o que a Constituição democrática estabelece – e que tanto incomoda as oligarquias e seus defensores.

A defesa dos interesses coletivos e do progresso social é classificada de “populismo”. As funções sociais do Estado são combatidas como anomalias; direitos sociais são “privilégios corporativos” e “imperfeições do mercado”. Porém os *lobbies* monopolistas e financeiros, passam por legítimas formas de expressão plural. Quando banqueiros se reúnem para ditar regras aos governantes, tal nunca é descrito como defendendo interesses corporativos, mas sim como esclarecedor posicionamento económico.

Diz-se que o Estado é ineficiente. E de facto é, quando a deixa de proteger aqueles que no mercado apenas dispõem da força de trabalho para garantir a sua subsistência. Note-se, porém, que o grande capital financeiro e monopolista, não tem como objetivo enfraquecer o Estado como instrumento de intervenção, mas sim de o colocar cada vez mais e por completo ao seu serviço pela legislação, mas não só: é o caso das privatizações, das PPP, dos resgates de bancos falidos devido a má gestão ou fraude, das isenções e benefícios fiscais, etc., tudo pago com “austeridade” e “rigor”.

As oligarquias fazem apelos a governos ditos “corajosos” e “determinados”, na realidade fracos, pois não resistem a pressões, não cumprem promessas, fogem do contacto com as populações que os detesta e despreza.

5 – UM “FEUDALISMO” FINANCEIRO

O feudalismo representava o poder direto do “senhor” sobre o camponês. Ao poder territorial, - constituinte da riqueza - estava associado o domínio sobre as pessoas ao seu serviço. O feudalismo é, pois, um domínio privado simultaneamente económico e político-social sobre as pessoas, com origem no enfraquecimento ou desagregação da autoridade central caindo o poder na mão dos nobres.

das prestações sociais. No Estado democrático os impostos constituem uma forma de redistribuição de riqueza. No “Menos Estado”, os impostos são como na sociedade feudal uma forma de espoliação das camadas trabalhadoras.

O “Menos Estado” é a fórmula para maximizar a transferência de riqueza para a finança e os monopólios, isto é, para o capital especulador e rentista, uma forma de acentuar desigualdades.

O poder real sobre os indivíduos, sobre a sua subsistência, é agora mantido por via das “novas relações laborais”, legislação que torna o trabalhador cada vez mais vulnerável. O escritor norte-americano Jack Random, escrevia: “os trabalhadores não são propriedade das empresas”, convocando-os para imporem uma lei federal que impedisse as arbitrariedades em curso. (2) Arbitrariedades que o Sr. A. Borges resumia



O neoliberalismo instituiu uma forma de poder de tipo feudal do grande capital sobre os povos, em nome do “mercado livre”. Não lhe faltam propagandistas para clamarem contra “a manutenção de serviços públicos inúteis e caros”, e a “carga improdutiva”

falando acerca da RTP entregue a empresa privada: “Fará a gestão como entender. Se entender que tem pessoas a mais fará com certeza despedimentos; poderá despedir.” Os interesses públicos e sociais são ignorados.

Tal como no feudalismo, eram entregues parcelas de território a uma classe social, a nobreza, atualmente parcelas do património coletivo são entregues ao grande capital financeiro e monopolista através das privatizações de empresas e serviços públicos. O Estado simplesmente deixa de existir nessas áreas e as entidades reguladoras ou são inúteis ou agem na defesa dos interesses que deviam regular.

O “Menos Estado”, age de modo a não ferir os interesses oligárquicos. O Estado será sempre “gastador”, pois a acumulação de riqueza tem de estar o mais possível concentrada no sector especulador e rentista. A receita fiscal perdida devido a benefícios e deduções de que se aproveita sobretudo a banca e o grande capital representou em 2008: 3 819 milhões de euros, mas em 2010 elevou-se a 9 487 milhões de euros. (1)

As aristocracias de hoje são as financeiras, o seu papel perante as estruturas governativas é idêntico, são elas que controlam os governos. Subordinam os interesses gerais aos seus interesses privados, consideram-se intocáveis e acima das críticas.

O “Menos Estado” nunca significou na História progresso, mas prelúdio de quedas civilizacionais e decadência, ao ser o Estado dominado por interesses privados e oligarquias que confiscam em seu proveito os frutos do esforço coletivo. O progresso verifica-se quando o Estado é capaz de concretizar as aspirações coletivas e satisfazer as necessidades sociais. O progresso corresponde ao reforço da consciência coletiva e só o Estado, pode congrega o coletivo, desde que objetivamente proceda nesse sentido. ■

NOTAS

(1)– Segundo dados do doc. Propostas da CGTP-IN - para outro Orçamento - 26.outubro.2012.

(2) - www.counterpunch - February 24-26, 2012 “War on labor” - Jack Random

Visite o nosso site

em: “<http://www.conf-quadros.pt>”

e informe-se sobre a CPQTC e veja dados estatísticos sobre emprego e desemprego de quadros.

Daniel Vaz de Carvalho

Engenheiro electrotécnico e gestor.

Tem escrito nos sites odiário.info, resistir.info.

Autor de “O Triunfo de Diana e outros contos” em publicação (Chiado Ed.)

A Greve Geral de 14 de Novembro na Segurança Social

Os trabalhadores da Segurança Social, entre os quais os quadros técnicos das diferentes áreas funcionais, nos seus variados desempenhos, são confrontados no quotidiano do seu trabalho com as questões prementes dos cidadãos que procuram protecção social, e têm, por isso, grande consciência da gravidade dos problemas que as medidas impostas pelo Governo e as previstas no Orçamento Geral do Estado para 2013 criam no âmbito da protecção social.

Por isso e porque também são alvo de todas as medidas que reduzem e eliminam os direitos dos trabalhadores, nomeadamente as que visam especificamente os trabalhadores em funções públicas, muitos quadros técnicos da Segurança Social aderiram à greve do dia 14 de Novembro. último

O agravamento das dificuldades com que os trabalhadores e a população em geral se deparam reflecte-se nas cargas de trabalho necessário para tratar e pôr a pagamento, com oportunidade, as prestações sociais, conforme estão legal e regulamentarmente definidas.

Os volumes de processamento das prestações sociais - substitutivas de remunerações perdidas, por desemprego, doença, invalidez e velhice, de compensação de encargos com a ocorrência de determinadas eventualidades, como o nascimento, a morte, deficiências, dependências e outras, e as que visam proteger as pessoas na ausência ou insuficiência de recursos económicos para satisfação de necessidades mínimas - são indicadores

muito evidentes de como se está a viver no país.

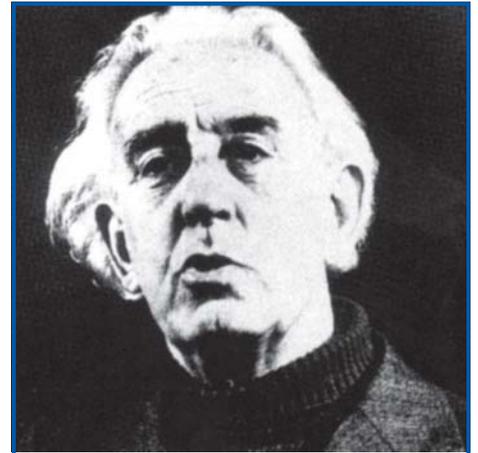
Os montantes dessas prestações sociais também dão indicação de como se vive mal no nosso país, pois na sua grande maioria são valores muito baixos, porque as remunerações de referência para os respectivos cálculos são baixas, as fórmulas de cálculo contêm factores que rebaixam os valores, ou ainda porque as condições para atribuição das prestações são muito redutoras.

O direito de todos os cidadãos à Segurança Social tem vindo a ser posto em causa por concepções minimalistas, selectivas, assistencialistas e privatizadoras que são seguidas pelo Governo com o fundamento de uma imperativa necessidade de redução das despesas sociais; no entanto, são os apoios sociais que permitem reduzir a quebra dos rendimentos das famílias e manter níveis de consumo essenciais para a Economia.

A política do Governo, seguindo os objectivos do memorando assinado pela chamada "Troika" e pelo PS, PSD e CDS/PP, que se traduz no ataque aos direitos dos trabalhadores, dos sectores público e privado, e do povo em geral, evidencia a intenção de transformar o actual sistema público de segurança social universal e solidário num sistema de vocação assistencialista, isto é, num sistema limitado a reduzir a miséria (um sistema para os pobres), de pequena dimensão para criar condições para o desenvolvimento de sistemas privados. ■

João Araújo

Membro da DN da CPOTC



JORNADA

José Gomes Ferreira

Não fiques para trás, ó companheiro!
é de aço esta fúria que nos leva.
Pra não te perderes no nevoeiro,
segue os nossos corações na treva.

Vozes ao alto!
Vozes ao alto!
Unidos como os dedos da mão,
havemos de chegar ao fim da estrada,
ao sol desta canção.

Aqueles que se percam no caminho,
que importa! chegarão no nosso brado.
Porque nenhum de nós anda sozinho,
e até mortos vão ao nosso lado.

Vozes ao alto!
Vozes ao alto!
Unidos como os dedos da mão,
havemos de chegar ao fim da estrada,
ao sol desta canção.

*Heroica das "Marchas, Danças e Canções",
de Fernando Lopes-Graça, Seara Nova 1946*

(reedição da CGTP-IN, 1981)

**A DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS COMO TRABALHADORES PASSA
PELO ASSOCIATIVISMO COM OUTROS TRABALHADORES.**

**PODES COLHER ALGUMAS VANTAGENS SÓZINHO, MAS SÓ
AS CONQUISTAS COLECTIVAS SÃO DURADOURAS.**

**INSCREVE-TE NUM SINDICATO
DO MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO E PARTICIPA!**

A crise das crises - a saúde está doente

A saúde e o bem-estar dos portugueses é sentido por nós como um bem inestimável que queremos valorizar, proteger e promover. A saúde individual e colectiva é, repetimos nós, um bem público instituído constitucionalmente como um direito básico inalienável.

Como trabalhadores activos, trabalhadores inactivos, ex-trabalhadores ou candidatos a futuros trabalhadores sabemos que o nosso valor como produtores está directamente relacionado com os nossos saberes e capacidades físicas e intelectuais, e também, com o nosso estado de saúde. Ser saudável não é somente não estar doente, é também ser portador de conhecimentos e de experiência para, a todo o momento, saber gerir a relação connosco mesmos e com o mundo real, de modo a garantir a homeostasia em saúde e a satisfação pessoal e profissional.

É hoje incontornável afirmar que a saúde está em todas as políticas, desde educação e o ensino até à economia e, em particular, nas políticas do trabalho e nas funções sociais do estado.

As relações entre as diversas políticas neoliberais, conservadoras e anti-civilizacionais e os efeitos negativos sobre a saúde são evidentes e mensuráveis. A actual crise geral da sociedade capitalista também chamada de economia de mercado está a provocar uma verdadeira hecatombe humana.

O fardo da doença atribuído às políticas de direita recentemente impostas aos portugueses não pára de aumentar. Sacrifica-se a saúde das pessoas à dita «saúde» do capital. Para que queremos o bem-estar dos bancos, das grandes empresas multinacionais e dos grandes aglomerados capitalistas se tal desígnio tem de ser feito à custa do sofrimento e da desgraça dos povos? Por absurdo último chegaremos à situação de os produtores, na miséria total, despojados de todos os direitos incluindo o direito à saúde, não serem mais capazes de contribuir para a mais-valia que o capital se apropria, de forma contumaz, da única fonte de riqueza o trabalho humano.

Para o sistema capitalista moderno os gastos com a saúde das populações e nomeadamente com os produtores activos são custos do processo de produção que na perspectiva da maximização do lucro devem ser limitados ao mínimo básico para manter disponível a força de trabalho. Assim nasceu



na Alemanha o sistema de seguros de doença do final do século XIX, modalidade que até hoje tem afloramentos ou é a base de alguns sistemas de saúde do mundo capitalista. O financiamento é feito na base dos rendimentos do trabalho pago pelo trabalhador ou pela entidade patronal. É de forma visível um custo do trabalho.

Depois da Segunda Grande Guerra alguns países com a Inglaterra pioneira, adoptaram o sistema integrado de cuidados de saúde de influência soviética, em que o financiamento é estatal baseado essencialmente nos impostos. É um serviço global para toda a população tendencialmente equitativo, mais humano e mais justo e economicamente mais efectivo. A administração pública assume ao mesmo tempo a função prestadora de cuidados e a função financiadora o que permite o planeamento e a orientação para as necessidades reais das populações. O nosso querido Serviço Nacional de Saúde (SNS) é uma versão criativa desta modalidade de serviços que atingiu altos níveis de qualidade, efectividade e satisfação pelos cuidados de saúde e de doença prestados, de uma forma descentralizada e acessível por todo o território nacional.

Os méritos do SNS, que nasce em condições políticas favoráveis da Revolução de Abril, foram postos à prova quase desde a sua origem. Tem resistido aos mais diversos

ataques e armadilhas, muitas vezes apresentadas como medidas para o melhorar, regenerar ou aprofundar.

No essencial as principais linhas estratégicas de ataque da direita, e que agora sofrem um agravamento desmesurado, têm sido: **o subfinanciamento crónico, a desorganização estrutural, a ausência de planeamento e a restrição de recursos humanos e materiais.** As principais consequências visíveis são a baixa significativa da acessibilidade, o aumento dos custos com a doença, o agravamento das doenças crónicas com mais episódios de agudização não tratados, o mensurável aumento do sofrimento e da doença mental e a provável degradação dos macro-indicadores de saúde em particular das taxas de mortalidade infantil, de mortalidade geral e específica das doenças crónicas.

O subfinanciamento crónico do passado teve um desenvolvimento brutal recente com um corte tremendo de cerca de 20% nos últimos anos de 2010 para 2012. O SNS cronicamente endividado passa a ser um SNS na penúria. Os hospitais e centros de saúde já estão a viver o pesadelo da míngua de meios. Desde há muito que está diagnosticado que o subfinanciamento é a causa primeira das ineficiências e

(Continua na página 10)

A crise das crises - a saúde está doente



desperdícios limitativa da prestação de cuidados oportunos e ajustáveis às necessidades e por isso de qualidade. Na verdade a cadeia de disfunção económica provocada tem sido usada para pôr em causa a sustentabilidade financeira dos serviços de saúde, mas não é mais que o resultado de escolhas políticas para liquidar o SNS. O corte danoso dos recursos financeiros do SNS é acompanhado de uma bárbara transferência de responsabilidade para os doentes através de taxas ditas moderadoras que cada vez mais serão co-pagamentos, aumento dos custos de medicamentos dos transportes e outros bens de saúde. E a estratégia neoliberal não deixará de tudo fazer para sangrar o SNS a favor do capital e dos privados entregando-lhe cada vez mais parcelas do património, nomeadamente hospitais, e dispensar recursos públicos por cuidados fornecidos por particulares que podiam com economia, segurança e qualidade serem prestados no SNS.

A ausência de planeamento transparente da estrutura geral e particular dos equipamentos de saúde sempre foi campo para desacertos e desequilíbrios da instalação de novos hospitais e centros de saúde e, actualmente, é campo para encerramentos e agrupamentos insensatos e mesmo irresponsáveis que leva a uma clara desorganização de serviços públicos com diminuição da acessibilidade aos cuidados de saúde e de doença e um claro favorecimento dos prestadores privados.

Os recursos humanos em saúde, médicos, enfermeiros, técnicos e administrativos

são a componente mais valiosa do SNS pelo que a forma acintosamente incompetente, quase provocadora, como têm sido geridos é ou devia ser considerado crime de lesa a saúde pública.

Quase passados 35 anos de SNS e continua a não existir um planeamento formativo que responda às necessidades de recursos humanos, minimamente estruturado a longo prazo. No diz respeito à gestão dos recursos

existentes a política tem sido a destruição das carreiras profissionais, a desorganização do tempo de trabalho, o corte nos direitos de remuneração do trabalho complementar próprio dos serviços de saúde que funcionam todos os dias ou em prazos alargados. Tudo isto tem como resultado final a desmotivação profissional e pessoal e as reformas antecipadas aparecem como salvadoras do martírio do trabalho sem condições. Os profissionais de saúde, no entanto, resistem e têm sido eles que, dentro do possível, têm travado o desmando, salvaguardando a qualidade dos cuidados prestados.

Sem dúvida o ponto crítico resultante do ataque ao direito fundamental à saúde é a perda de acessibilidade. A criação de filas de espera cada vez mais longas, dificuldades de marcação de consultas e exames, restrição ao transporte doentes, meios de diagnóstico e tratamento cada vez mais afastados dos utentes, tudo isto provocado pelo encerramento de serviços e estabelecimentos e pela redução dos profissionais médicos e enfermeiros. O número de médicos nos centros de saúde continua a reduzir-se e, apesar da maior sobrecarga de tra-

Se calcularmos a despesa "per capita" com a saúde em Portugal e na U.E. em 2012 conclui-se que a despesa pública por habitante com a saúde em Portugal representava apenas entre 66,8% e 61,1% %, conforme utilizemos o valor de 7,1% ou 6,5% do PIB. Em Portugal, em 2012, o Estado gastou menos entre 558€ e 653€ por habitante com a saúde do que nos países da UE27

PAÍS	PIB/habitante 2012	Despesa pública com saúde em % do PIB	Despesa pública com saúde por habitante
UE27	25.433 €	6,6%	1.679 €
Portugal	15.791 €	7,1%	1.121 €
Portugal		6,5%	1.026 €
PT-UE27			-558 € / -653€
PT/UE27			66,8% / 61,1%

Tomado de estudo do economista Eugénio Rosa ("Em defesa das funções sociais do Estado. Como desmontar as mentiras do governo e do FMI sobre o SNS e como garantir a sustentabilidade do SNS. Propostas para reflexão e debate"). Acessível em www.eugeniorosa.com.

balho sobre os que estão ao serviço, mais de um milhão de utentes não tem médico atribuído. No que diz respeito à enfermagem nos cuidados pri-mários a situação é mais calamitosa visto que há longos anos que os lugares nos quadros não são preenchidos, existindo um grande número de profissionais no desem-prego que, sem outra solução, emigram.

A novidade pouco nova é o alarido em trono do racionamento com vista a limitar o acesso aos cuidados médicos e terapêuticos. Para os políticos neoliberais, mercantilistas sem qualquer perspectiva humanista o racionamento é o método mais eficaz de reduzir os encargos públicos. Corta-se e pronto e, quando muito, estabelece-se um pacote básico de cuidados para a generalidade das pessoas e reservam-se os cuidados mais diferenciados para quem tiver dinheiro. O aumento continuado dos custos da saúde está a discriminar os mais pobres e segundo os candidatos a cozeiros do SNS é um bom método para seleccionar os que devem ser tratados. É juntar discriminação à exclusão.

Especial atenção merece o impacto das actuais políticas de direita no sofrimento e



saúde mental dos portugueses. O desemprego, a precariedade, a baixa de rendimentos e a pobreza são fatores determinantes ou causais de doença e mal-estar, mensuráveis, em que a elevação da taxa de suicídios, a agudização de situações crónicas de saúde mental e a desregulação humana e social de muitas famílias comprovam.



As políticas de direita têm como consequência um enorme fardo de doença e sofrimento a curto, médio e longo prazo pelo que os seus fautores devem ser responsabilizados. Trata-se de um verdadeiro crime contra a humanidade. É tempo de dizer basta, denunciar as situações de injustiça e disfuncionamento dos serviços de saúde e defender o SNS público geral e gratuito para os utilizadores, com um custo social aceitável, de qualidade e que respeite o princípio solidário socializante da equidade, isto é, acesso à saúde segundo as necessidades e contributo segundo as possibilidades de acordo com um sistema fiscal justo. ■

Carlos da Silva Santos
Médico. Professor da Escola Nacional de Saúde Pública

O ATAQUE ÀS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO ATRAVÉS DO ESTRANGULAMENTO FINANCEIRO (Cortes cegos) – A preços de 2005, o que está no OE-2013 para as funções sociais dos Estado é inferior ao valor de 2005 em 2.777,8 milhões €

ANO	FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO - Milhões €				TOTAL FSE Em % PIB
	EDUCAÇÃO	SAUDE	S. SOCIAL	Total - M€	
2005	7.316,0	8.998,0	8.413,0	26.731,6	17,3%
2006	7.346,0	8.871,3	9.416,0	26.634,2	16,6%
2007	7.232,0	8.879,6	9.949,0	27.036,1	16,0%
2008	7.347,0	9.244,4	10.628,0	28.066,1	16,3%
2009	8.507,0	9.632,0	11.318,0	30.303,6	18,0%
2010	8.591,0	9.801,2	11.816,0	31.003,7	17,9%
2011P	7.878,5	9.170,6	11.233,0	28.860,9	16,9%
2012	6.733,6	8.538,3	12.348,8	30.352,2	18,2%
2013	6.753,5	8.507,4	12.828,5	28.463,3	17,1%
2013_p_2005	5.683,5	7.159,6	10.796,1	23.953,8	
2013/2005_p2005	-22,3%	-20,4%	28,3%	-10,4%	

FONTE: Relatórios do Orçamento do Estado 2005/2013

12

Tomado de estudo do economista Eugénio Rosa ("Em defesa das funções sociais do Estado. Como desmontar as mentiras do governo e do FMI sobre o SNS e como garantir a sustentabilidade do SNS. Propostas para reflexão e debate"). Acessível em www.eugeniorosa.com.

(Continuação da página 1)

25 ANOS DE UNIDADE E LUTA

Geral de 14 de Novembro e as mais significativas levadas a cabo por sectores profissionais específicos, como os professores, os médicos e os enfermeiros.

A CPQTC, em 2013, marcará presença, em unidade com todos os trabalhadores e fará convergir as comemorações do seu 25º aniversário com as responsabilidades na luta mais geral de todos os trabalhadores e do povo português contra a política criminoso e ruinosa deste Governo. ■

Trabalhadores qualificados desempregados porquê?

Todos os dias nos chegam notícias de mais desemprego em Portugal, desemprego que, segundo dados disponibilizados pelo INE, numa estimativa para o 4º trimestre de 2012, foi de 923,2 mil pessoas, o que traduz um aumento de “19,7% em relação ao trimestre homólogo de 2011 (152,2 mil pessoas) e 6,0% em relação ao trimestre anterior (52,3 mil)” (**destaque, informação à comunicação social**, INE 13 de fevereiro de 2013). A CGTP-IN dá um número maior e mais correcto: cerca de 1 milhão e 475 mil, ao considerar também os inactivos disponíveis e indisponíveis, e o subemprego dos trabalhadores a tempo parcial. E maior seria o número se a estes somássemos milhares de trabalhadores a “falsos recibos verdes” e “bolseiros de investigação científica” que não estão em formação mas sim a produzir trabalho útil em departamentos da Administração Pública, suprimindo necessidades permanentes dos serviços, postos de trabalho que deveriam ser ocupados por trabalhadores com contrato normal de trabalho em funções públicas. Expediente manhoso das últimas décadas do neoliberalismo lusitano.

Atenhamos-nos ao que se passa com os trabalhadores com qualificações escolares de nível superior, gente que se preparou para o desempenho de funções tecnicamente complexas, ou de particular responsabilidade, seja no aparelho produtivo nacional, ou no sector dos serviços, seja na diversidade de valências da Administração Pública, ou nos diferentes níveis no ensino. As estatísticas do IEFP e do INE mostram esta coisa espantosa: **a maior parte dos portugueses que procuram emprego e têm um curso superior, e em muitos casos já alguma experiência, possuem conhecimentos úteis em áreas prioritárias para o desenvolvimento de qualquer país e bem-estar da população, como são, por exemplo, os “especialistas em ciências da vida e profissionais da saúde”, os “docentes do ensino secundário, superior e profissões similares” e “especialistas em ciências físicas, matemáticas e engenharia”.** O quadro anexo é esclarecedor.

Um país como Portugal, com os atrasos que se conhecem, a nível económico e com condições de bem-estar da população ainda muito deficientes, a desperdiçar assim as competências dos seus trabalhadores

intelectuais, é, no mínimo, uma irracionalidade. E ultimamente a exportar diplomados para países desenvolvidos, um fenómeno que há anos caracterizava países do chamado terceiro mundo.

As causas desta situação desgraçada são conhecidas, bem como os seus autores: uma política económica de modelo neoliberal, basicamente virada para a especulação financeira e nada para a actividade produtiva de bens transacionáveis e serviços necessários para a população.

É urgente uma política virada para a satisfação das necessidades dos portugueses e produção de bens com elevado valor acrescentado, mormente em resultado de incorporação do conhecimento científico e tecnológico dos trabalhadores intelectuais portugueses. Uma política de investimento, de criação de emprego qualificado. Uma política que ponha fim à falência de milhares de pequenas e médias empresas. ■

Carlos Calado

Membro da Direcção nacional da CPQTC

NOTA: O presente trabalho está publicado com mais desenvolvimento em www.conf-quadros.pt, na secção OBSERVATÓRIO DE EMPREGO.

Quadro I - Desemprego de diplomados registado nos centros de emprego, por área profissional/formação.
(Continente) Situação referida a Dezembro de cada ano.

Área de formação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	% variação 2012-2004
Quadros sup. Adm. Pública	97	110	113	105	110	131	146	76	146	50,5
Espec. Ciênc. físicas, mat. e eng.	5081	5485	5282	5006	5259	6648	7005	8507	11851	133,2
Espec. Ciênc. da vida e prof. da saúde	1640	1960	2275	3079	2996	3262	3601	4085	5558	238,9
Doc. Ensino. secund. Sup. e prof. simil.	7165	9148	7520	4861	2735	2442	3608	7945	14095	96,7
Outros especial. profiss. intelect. e científ.	12075	13237	13133	13597	13746	15778	16237	18114	23785	97,0
TOTAIS dos 5 grupos profissionais	26058	29940	28323	26648	24846	28261	30597	38727	55435	112,7
Total de diplomados desempregados	34515	41089	41481	38795	37176	43755	48522	63470	88741	157,1

Fonte: IEFP